



UNIBALSAS
Faculdade de Balsas

ORTIZ, Luis Cláudio Villani.¹

KARNOPP, Erica.²

AREND, Silvio Cezar.³

CARGNELUTTI, Natan.⁴

OS MEIOS INOVADORES E A TERRITORIALIDADE

Resumo: O presente artigo pretende analisar mediante revisão bibliográfica das principais teorias, a relação entre as nuances dos meios inovadores como ferramenta de promoção do desenvolvimento, sua correspondência com as teorias endógenas e exógenas de desenvolvimento regional e sua capacidade de contribuir/inibir as potencialidades produtivas de território. Buscar entender os meios inovadores como forma de encontrar alternativas de promoção do espaço sem se submeter ao mainstream das correntes econômicas hegemônicas. Para determinar a linha norteadora desse estudo, parte-se da hipótese que não existe inovação que não esteja ancorada em práticas e, portanto, que não esteja situada no espaço. Nos estudo visualizou-se que as dinâmicas territoriais são amplamente afetadas pela lógica produtiva, lógica essa que quando organizada pela dinâmica funcional, tende a gerar mais desequilíbrio entre os territórios, pois exigem atributos que esses espaços não possuem, desencadeando um processo de dominação de caráter homogeneizante. A alternativa seria a busca por uma dinâmica embasada em uma série de arranjos endógenos capazes de inovar e através desta promover um sistema de competição via diferenciação.

Palavras-Chave: Meios Inovadores. Inovação. Territórios. Desenvolvimento Regional.

Resumen: Este artículo tiene la intención examinar por la revisión bibliográfica de las principales teorías, la relación entre los matices de formas innovadoras para promover la herramienta de desarrollo, su correspondencia con las teorías endógenas y exógenas de desarrollo regional y su capacidad de contribución o inhibición del potencial productivo de el territorio. Examinar los medios innovadores, como una forma a la promoción del distintas opciones sin someterse a la corriente principal de las corrientes económicas hegemónicas. Con el deseo de establecer la línea de guía del estudio sale del supuesto lo que existe la innovación que no está anclado en la práctica y por lo tanto no se encuentra en el espacio. En el estudio visualizamos que las dinámicas territoriales son ampliamente afectados por la lógica productiva, esta lógica que cuando organizada por dinámica funcional tiende a generar más desequilibrio entre los territorios, ya que requieren atributos que estos espacios no poseen, lo que provocó un carácter de proceso de dominación homogeneización. La alternativa sería buscar una dinámica territorial, basado en una serie de acuerdos endógenas capaces de innovar y promover a través de este sistema de la competencia a través de la diferenciación.

Palabras clave: Medios innovadores. Innovación. Territorios. Desarrollo regional.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de globalização e financeirização das economias caracterizam-se pelo desenvolvimento de redes mundiais de transnacionais que se distinguem pela: a) importância das transações de ordem mundial; b) através dos investimentos diretos; c) pela prática crescente de exigência

¹Doutorando em Desenvolvimento Regional pela UNISC/RS. Professor titular no Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo e na URI/RS.

²Doutora em Geografia pela Universität Tübingen na Alemanha (Eberhard-Karls Universität). Professora adjunta na UNISC.

³Doutor em Economia pela UFRGS. Professor titular na UNISC.

⁴Graduado em Administração pela URI.

de políticas de subsídios, e; d) acordos de cooperação e notadamente no domínio da pesquisa e do desenvolvimento. Esse método baseia-se na internalização dos benefícios e através da socializando dos custos. Nesse sentido, a organização produtiva depende cada vez mais dos interesses desses grupos, com baixo grau de conexão com os territórios. Os efeitos desse fenômeno para as economias locais acabam sendo contrastantes, pois assim como podem significar chance para algumas dessas economias locais se posicionarem num mercado mais vasto e melhorar sua competitividade, também podem transformar-se em ameaça para as outras que forem excluídas do campo de interesse dos grupos.

O sistema capitalista dominante exige fluidez, como ensina Santos (2006, p. 183):

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado.

Percebe-se que nem todas as regiões conseguem atrair indústrias motrizes, inovadoras e de grande dimensão. É preciso a existência de uma rede interindustrial relativamente integrada para que a unidade motriz encontre na área os insumos de que necessita, caso contrário os custos de transporte sobre produtos e insumos lhe retirariam competitividade, fortalecendo o processo de exclusão dos territórios, recrudescendo as desigualdades territoriais causadas pelo capitalismo hegemônico.

O objetivo do presente artigo é realizar um breve passeio sobre as teorias que tratam da relação entre as nuances dos meios inovadores como ferramenta de promulgação do desenvolvimento e sua relação com o território. Para a construção desse estudo, que utilizará como fonte de ancoragem metodológica as pesquisas bibliográficas, considera-se como questão norteadora a hipótese que não existe inovação que não esteja

ancorada em práticas e, portanto, que não esteja situada no espaço.

2. A DINÂMICA TERRITORIAL FRENTE ÀS DINÂMICAS INOVADORAS

A lógica de dominação das transnacionais, do qual argumenta Maillat (2002), demonstra que as formas de disposição dos princípios territoriais de produção fundamentam-se sobre duas lógicas principais: a lógica funcional - onde os sistemas produtivos são organizados de maneira verticalmente hierárquica (*top-down*) onde cada espaço geográfico é responsável por um conjunto de atividades parciais, objetivando a racionalização das despesas com logística, instalação, restrições ambientais e mão-de-obra, incluindo aí a maximização de ganhos via subvenções públicas e poder de caráter monopolista. O território é visto apenas como um lugar de passagem.

Significativo à definição cunhada por Etges e Degrandi (2013, p.85), no qual a lógica neoliberal define território como corolário do conceito de espaço geográfico, este, sinteticamente, entendido como um “espaço capitalista”, ou seja, o espaço construído pela sociedade capitalista, onde as desigualdades sociais e as diferenças de classes são resultados naturais.

Essa lógica funcional representada pelo modelo de produção dominante via fordismo, taylorismo e tantas outras (que buscam incessantemente a mais-valia), os quais se mantêm fundamentalmente pela reprodutibilidade e a capacidade de substituição dos produtos, negação da diferenciação dos produtos, valorizando mais a capacidade dos produtores para produzir bens e serviços idênticos e padronizados com os menores custos possíveis.

Diametralmente oposta a lógica territorial, está fundamentada na visão do qual as empresas são organizadas de modo horizontal - em rede, ou seja, elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, onde as empresas são enraizadas, geram o princípio do empoderamento dos agentes (considerado por

Pecqueur (2009) como fonte de construção de um ambiente cooperativo), reforçam a expressão de heterogeneidades locais (as quais também contribuem para a geração de diversificação produtiva) e cooperam para a redução das desigualdades territoriais. Ao contrário da lógica funcional, a dimensão territorial reforça o papel dos agentes como atores de um processo de construção do meio local, um papel ativo e não apenas de produtor de um sistema avassalador.

A demanda pela diferenciação e o aumento da proporção de serviços associado à evolução das técnicas e relativa às inovações, estabeleceram ambientes fomentadores da crise que emergiu no decorrer dos anos 1970, refletindo a importância de levar-se em conta o conteúdo cultural envolvido na dinâmica produtiva. A inovação surgiu como elemento de mudança de um sistema produtivo e da forma alternativa dos sistemas de dominação que eram únicos, cooperando como peça importante na alteração do papel desempenhado pelo território. Torna-se evidente que nesse novo momento, a “revelação” da variável cultural e territorial efetivou-se no bojo da crise do modelo fordista padrão.

Para entender o papel do território, precisa-se retornar a Pecqueur (2009), para compreender o território como uma conjunção do espaço comum abstrato construído por grupos de um lugar, o qual contribui para a elaboração do recurso que fundamenta o “interno” – representando suas regionalidades, suas especificidades, em relação ao “externo” – ao homogêneo.

O território assim constituído tem, portanto, uma função particular de excluir outros atores que não aqueles sediados no seu interior, que expressam a sua heterogeneidade. Em outras palavras, o território torna-se um espaço central de coordenação entre os atores com interligações territoriais e culturais interessados na resolução de problemas produtivos inéditos, causadores do desenvolvimento regional.

Córdoba (2010) explica que o desafio é repensar um conjunto de procedimentos e práticas sociais e políticas de planejamento territorial que fundamentam o novo olhar sobre o desenvolvimento regional. Estes procedimentos ocorrem

a partir de bases mais horizontais, mais participativas e com perspectivas de ação e de avaliação que busquem integrar aos diferentes segmentos sociais e os distintos níveis escalares de gestão territorial.

Boisier (1995) ensina que:

[...] Sin la participación de la región, como un verdadero ente social, la planificación regional solo consiste – como por lo demás prueba la experiencia histórica – en un procedimiento de arriba hacia abajo para asignar recursos financieros o de otra índole entre espacios arbitraria o erróneamente llamados ‘regiones’ (Boisier 1995, p.29).

Etges (2001, Apud Etges e Degrandi, 2013, p.91), nos ensinam que:

... as formas que hoje estão impressas no território não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, essas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a esse território. E esse uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São esses, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais.

A partir dessa coesão na resolução dos problemas do território é que começa a se expressar a lógica territorial, onde a inovação ocorre por um sistema “debaixo para cima”, focando mais para a horizontalidade organizativa do que para a verticalidade da lógica hegemônica.

Maillat (2002) e Pecqueur (2009) ampliam a abordagem demonstrando que processos de integração que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do sistema territorial de produção, juntamente com sistemas capazes de estabelecer uma nova relação espaço-temporal de transformações, potencializam, por sua vez, a capacidade de modificar não apenas os segmentos econômicos como também as relações sociais e de poder.

Becker (1995) contextualiza que esse sistema de construção social é baseado em processos e inter-relações sociais e territoriais que intervêm em todos os níveis, condicionado por um contexto social.

Para Fernandez (2003) além dos fatores econômicos, a formação do espaço se faz pela construção de uma dinâmica territorial, na qual a consciência de pertencimento mútuo e um padrão de coalizão representativo de interesses sociais tendem a resultar em processos de ampliação da cooperação entre os atores, método esse que o autor chama de densidade institucional.

Maillat (2002) define inovação como processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção.

Pecquer (2009) analisa inovação como uma construção social baseada em processos e inter-relações sociais e territoriais que intervêm em todos os níveis, a qual é condicionada por um contexto social.

Maillat (1990) utilizando a definição do Grupo de Pesquisa Europeu sobre os Meios Inovadores - GREMI, entende a inovação como “um processo de integração de elementos que determinam e promovem a dinâmica e transformação do sistema tecno-produtivo territorial” (1990, p. 13).

Maillat (1990,p13) utilizando a definição do Grupo de Pesquisa Europeu sobre os Meios Inovadores - GREMI, entende a inovação como: “um processo de integração de elementos que determinam e promovem a dinâmica e transformação do sistema tecno-produtivo territorial”. A correlação entre inovação e espaço construído já foi evocada, no entanto, na literatura produzida no campo das ciências sociais. Pecquer (2009) demonstra, no decorrer dos anos de 1920, estudos já haviam descoberto novos atributos da coordenação dos atores, analisando fatores externos que influenciam a criação e a inovação. Seguindo a lógica schumpeteriana - no qual a inovação é um fenômeno fortemente contextualizado e que apresenta ramificações de suas dinâmicas de inovação, e os pensamentos Hägerstrand (1953, apud Pecquer, 2009) - distinguem que a difusão da inovação deve ser compreendida como um processo eminentemente espacial, com significativa importância da ancoragem territorial das inovações.

Podemos afirmar que o processo de ino-

vação está atrelado a um sistema de coordenação entre atores que expressam certa especificidade, e constroem processos diferenciados de territorialização das inovações.

O olhar desses autores nos leva a considerar a existência de um conjunto de sistemas de inovação social, pertencentes a espaços geográficos que vão do espaço mundial ao espaço local, uma dinâmica “disposta no local e no global”.

Pecqueur (2009), utilizando os ensinamentos do GREMI, demonstra que as modalidades propriamente territoriais assumidas pelo processo de inovação, com certa vinculação à concepção de inspiração schumpeteriana, distinguem-se, contudo, na forma concentrada, não na figura isolada do empresário e sim no olhar cuidadoso do “meio” empreendedor e, portanto, inovador. Como afirma o autor, esse tratamento afirma o caráter endógeno da inovação, visto como resultado de uma construção social que manifesta a dinâmica territorial das mudanças, em contraste com a noção anterior de “distrito tecnológico”.

De acordo com Maskell e Malmberg (1999, apud Vale, 2009), a globalização acentua a onipresença dos tradicionais fatores de produção e, conseqüentemente, a única forma das aglomerações inovadoras sustentarem o seu desenvolvimento e se manterem competitivas depende essencialmente do fator conhecimento e aprendizagem localizada, que são dificilmente deslocáveis e requerem proximidade territorial, como forma de reduzir as incertezas inerentes aos processos de inovação e os custos de transação. Neste contexto, as “aglomerações inovadoras” são, em larga medida, explicadas pelas dinâmicas de conhecimento e inovação, interdependentes das redes sociais e dos contextos institucionais locais e regionais.

Se o foco de análise é a aglomeração geográfica, as estratégias de desenvolvimento tendem a reforçar a capacitação e a articulação institucional regional, a mobilizar de forma mais eficiente os recursos disponíveis e a investir nas aptidões locais e regionais mais intensivas em conhecimento.

Quando a lógica é a rede de atores, exis-

te tendência a desconsiderar as condições locais e regionais nas dinâmicas do conhecimento e da inovação e dar maior relevância à internacionalização, à mobilização de recursos não-locais e à cooperação territorial internacional, retroagindo à lógica funcional que exclui os territórios da lógica mercadológica.

Souza (2005), através de Polèse (1994) evidencia perigo dessa lógica de rede de atores, citando o caso Francês e Canadense em que as novas empresas baseadas nessas redes não provocaram o desenvolvimento local, dado que suas relações de produtivas se deram mais com a economia nacional e com o exterior, evidenciando as mazelas dos complexos industriais implantados que geram os efeitos de encadeamento da produção e de multiplicação de renda com o exterior em detrimento de economias nacionais e regionais.

Utiliza-se dos ensinamentos de Myrdal (1968, p. 62) para transparecer as externalidades de um encadeamento da produção sobre atividades induzidas de regiões vizinhas. O autor diz:

Quando as indústrias motrizes do polo urbano-industrial central realizam inovações tecnológicas e expandem a sua produção, elas aumentam suas compras de outras regiões e ampliam a oferta de produtos, em alguns casos com preços menores. Os efeitos regressivos correspondem à drenagem referida. Adotando novas técnicas e produzindo novos bens, as indústrias motrizes do polo aumentam a demanda de fatores, elevando seus preços, o que provoca destruição criadora nas regiões periféricas. ... O polo urbano/industrial será de desenvolvimento, em relação à economia regional, quando os efeitos propulsores excederem os efeitos regressivos. À medida que a região tiver sucesso na neutralização de parte dos efeitos regressivos e internalizar, de alguma forma, os efeitos propulsores provenientes de outras áreas, ela estará passando por um processo acumulativo de desenvolvimento.

Diante dessas evidências, torna-se salutar a construção de um arranjo que construa um organismo que possa representar a identidade da região, através da coordenação das forças locais em torno de sistemas inovadores, que promovam as vantagens diferenciadoras em detrimento das

vantagens competitivas.

Portanto, assume-se aqui a hipótese de que a vantagem comparativa, num contexto de globalização, torna-se uma “vantagem diferenciadora”. Para os territórios, trata-se então de não mais se especializar segundo a lógica do esquema competitivo – economia de escala, mas preferencialmente escapar das leis da concorrência através da diferenciação e cooperação, quando essas lógicas funcionais tornam-se impossíveis de serem seguidas – dado a necessidade de investimentos, *lobbies*, etc..., as quais visam a produção para a qual eles estariam em situação de monopólio. Pecquer (2002) estabelece que este tipo de comportamento motivado pela vantagem diferenciadora resulta tanto de uma política centralizada no âmbito de um Estado-Nação – com resultados questionáveis, mas também da atuação de grupos de atores mobilizados para resolver problemas que dizem respeito à dinâmica dos processos produtivos locais, representando a lógica territorial.

Como alternativa, adotamos a posição de Maillat (2002) o qual apresenta o conceito de meio inovador como um conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais, as geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos.

Souza através de Santos (2002, apud, Souza, 2005) apresenta que os meios inovadores geram inovações a partir de um conjunto de elementos que interagem no local: empresas interligadas, comprando e vendendo insumos e retransmitindo o conhecimento, agências de fomento, financiamento e pesquisa, universidades, órgãos governamentais, etc. “O sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões será devido às suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como configurações organizacionais e institucionais inovadoras”.

Pecquer (2002, p.101) resumiu os elementos constitutivos da dinâmica territorial de

inovação, como instrumento de promoção de desenvolvimento através de três características:

a) a relação local/global é renovada numa lógica de ganhos diferenciais ao invés de comparativos;

b) essas diferenças ou especificidades são construídas à montante da elaboração de recursos não comerciais, constitutivos da natureza dos territórios;

c) a dupla inserção setorial e territorial das firmas demonstra, ao mesmo tempo, que uma economia não situada é impensável, ou seja, a ancoragem territorial se tornou uma constante da organização econômica do mundo.

Esses meios inovadores não podem ser interpretados como simples redes de inovação (termo usualmente ligado a disposições sem delimitação espacial fixa), que por natureza multiescalar, destacadas por outras formas de proximidade não exclusivamente espaciais, tais como a proximidade organizacional, relevante para a produção e disseminação de conhecimento.

Os meios inovadores também não podem ser interpretados como uma simples redes de atores relevantes (usualmente apoiada por instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, que extravasam o espaço regional), mas sim por modelos territoriais de inovação e de aprendizagem locais passíveis de capturar eficazmente as dinâmicas territoriais do conhecimento contemporâneas, configurando relações multiescalares, que permitem aplacar as mazelas e tensões locais frente às imposições hegemônicas globais.

Barquero (2002) destaca o papel dos atores locais no desenvolvimento: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros. Esses atores têm como papel estimular as inovações, reduzir os custos de produção das empresas locais e estimular a ação das empresas nos mercados.

O sucesso dessa ação será alcançado se o arranjo institucional estimula a interação entre os atores e o aprendizado coletivo através da cooperação e dos acordos entre empresas e organizações.

Surge assim a ideia de rede de inovação,

a qual participa do conceito que o processo de inovação tem um caráter multifuncional que pressupõe, a partir da ação conjugada de vários atores, uma articulação complexa e não linear de competências específicas, multiescalar, que envolva um sistemático processo de aquisição de conhecimentos, ao longo de uma cadeia de produção.

Maillat (1994 apud, Maillat, 2002 p. 14) estabelece que a rede de inovação compõe assim uma dimensão organizacional necessária para o fomento da inovação. Em razão de suas características, a noção de rede de inovação é inseparável daquela do meio inovador. O meio inovador participa da constituição de redes de inovação e intervém no seu dinamismo. Ele é, de fato, o contexto apropriado à sua formação, ao seu desenvolvimento e à sua difusão. Reciprocamente, as redes de inovação enriquecem o meio, contribuindo para acrescentar as capacidades criadoras desse meio.

O meio está no centro do sistema produtivo local, implicando o surgimento e a manutenção de uma lógica de interação dinâmica, facilitando a aprendizagem socialmente ampliada dos atores locais. Nesse sentido, a inovação torna-se um processo coletivo, o qual é provocado, complexo e interativo. O sucesso dessa dinâmica explica porque algumas áreas inovam outras não.

As regiões que conseguem criar projetos inovadores, desenvolvendo novos processos produtivos e novos produtos, os quais provocam a cooperação entre firmas e demais os agentes locais. Promovendo a investigação, a criação e a difusão do conhecimento, crescerão mais do que as outras. A interação entre os agentes locais, com o apoio das autoridades locais e regionais, reduz a incerteza e os riscos associados à inovação.

A noção de sistema regional de inovação coloca menos ênfase nas questões geográficas e locais clássicas, mas centra-se na utilização de fluxos estratégicos de informação e criação de conhecimento. Há um sistema nacional de inovação que se difunde para o sistema regional de inovação, por meio de canais eficientes de difusão do conhecimento tecnológico.

A palavra chave do conceito de sistema regional de inovação é interação, que se verifica entre empresas e instituições de pesquisa e de apoio, bem como na organização social para promover a inovação e o desenvolvimento econômico. Nessa ótica, os sistemas regionais de inovação seriam constituídos por dois subsistemas: um de geração e difusão do conhecimento (instituições de P&D, escolas técnicas, universidades, centros tecnológicos); outro de aplicação e exploração do conhecimento (empresas indústrias, comerciais e de prestação de serviços, sobretudo de pequena e média dimensão).

As análises de Cooke (1992) ou ainda de Cooke e K. Morgan (1994), através dos escritos de Souza (2005), mostram que a noção de Sistemas Nacionais de Inovação deveria ser substituída pela lógica de Sistemas Regionais de Inovação, que se tornaram realidades voltadas para as oportunidades oferecidas pela globalização e pela emergência da economia do saber.

Esses sistemas variam segundo os tipos de governança territorial encontrados – comunitário, em forma de rede ou dirigista, segundo Cooke (1992). A nosso ver, as condições estão agora reunidas para que possamos, daqui em diante, pensar na mudança incluindo a dimensão territorial como uma variável crítica.

Santos (2002, p. 294, apud Souza), destaca que o meio inovador envolve os seguintes elementos:

a) um componente espacial, com suas externalidades, proximidades e custos de transporte;

b) um conjunto de atores conscientes da realidade econômico-social do local, da região e do resto do mundo;

c) elementos materiais, envolvendo empresas, infra estruturas, normas, valores, fluxo de informações, instituições e a sociedade civil;

d) uma lógica de interação, regulando o comportamento dos atores e promovendo dinâmicas locais;

e) uma lógica de aprendizagem, produzindo conhecimentos e redefinindo comportamentos.

Sob esse enfoque Crevoisoer (2013)

demonstra que os meios inovadores devem ser entendidos como uma instituição que conecta empresas, população, organizações de apoio que potencializam a aversão entre cercanias e distância, onde o quem está no local se mobiliza daqueles que estão voltados para o global, caracteriza-se por uma relação do meio (detentor de recursos) e os sistemas de inovação oriundos da mobilização, cooperação e atualização de recursos, por meio de um processo de inovação.

Os processos de inovação, derivados dos meios específicos só podem ser compreendidos através de um contexto multidimensional – ambiental, social, cultural, político e econômico e multiescalar (local, regional, nacional e mundial) que consigam desenvolver instrumentos de maior integração, evidenciando o papel dos atores locais.

Crevoisoer (2013) lembra que os meios de inovação não conseguem desenvolver modos uniformes no espaço, enquanto alguns territórios através de resquícios de aspectos étnicos, culturais, históricos e sociais vão gerar inovação dado o poder de organização dos atores para a produção de recursos específicos, outras regiões irão responder de maneira menos adequada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversificadas são as visões que tentam refletir acerca de modelos, sistemas e projetos de desenvolvimento econômico e social, que possam construir uma sociedade mais justa e menos excludente, principalmente para aquelas regiões periféricas e pobres que são constantemente ignoradas por um sistema de reprodução social, baseado no capital.

Regiões que não apresentam as potencialidades mercadológicas exigidas por um modelo (que se reveste através de uma lógica hegemônica e homogeneizante, baseada na competição e na eficiência) e que precisam encontrar alternativas econômicas e sociais, para gerarem renda e qualidade de vida sem “abrir mão” de suas heterogeneidades.

Entender esse processo de desenvolvimento regional através do processo de inovação

nos territórios torna-se o desafio.

O desafio do desenvolvimento regional precisa ser percebido e compreendido, não apenas em torno de uma racionalidade e de uma técnica, mas também pensado como produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural onde está ou será construído. Ou seja, é mister uma reflexão sobre o que e quem controla essa construção e qual objetivo ou finalidade dessa idealização.

A abordagem pelos Meios Inovadores propõe um olhar geral do desenvolvimento territorializado, baseado em fatores endógenos, que se caracteriza pela: a) não concorrência via escala de produção e custos de produção; b) pela formação de um sistema produtivo menos centrado em sistema organizacionais; os quais possam potencializar a concorrência via regiões e não por organizações.

Esses meios inovadores potencializarão resultados quando as instituições e organizações, através do poder de cooperação e integração, conseguirem desenvolver seus potenciais produtivos pela lógica territorial, através de uma dinâmica horizontal.

Os meios inovadores devem ser interpretados como modelos territoriais de inovação e de aprendizagem locais, suscetíveis de apoderamento às dinâmicas territoriais eficazes do conhecimento contemporâneo.

Meios inovadores não são estanques na história, precisam constantemente desenvolver processos de ruptura, que gerarão novos processos inovativos, que exaltem as heterogeneidades do regional, revertendo a lógica do sistema produtivo baseado em um sistema capitalista opressor que visa homogeneizar os territórios, como instrumento de imposição de um sistema hegemônico promotor de desigualdades.

4. REFERÊNCIAS

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. FEE – Fundação de Economia e Estatística (Governo do RS). Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2002.

BOISIER, Sérgio. **Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público**. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

BECKER, B. K. **A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

CÓRDOBA, Manuel Benabent F. de. **El interés general em la filosofía política. Un concepto ético y normativo necesario para la planificación territorial**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles n.53. Madrid: Asociación de Geógrafos Espanholes, 2010.

CREVOISIER, O. **A Abordagem dos Meios Inovadores: Avanços e Perspectivas**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 4, n.7, p.15-26. UCDB: Campo Grande, 2013.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odím. **Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade**. v.1, n.1, p. 85-94, RBDR: Blumenau, 2013.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. **Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010.

MAILLAT, D. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 9-16, UCDB: Campo Grande, 2002. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_denis_maillat.pdf. Acesso em: 11 de out. de 2016.

MAILLAT D.; QUÉVIT M.; SENN, L. **Seaux D'innovation et Milieux Innovateurs. Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs** (Org). p. 5-15. Université de Neuchâtel: France, 1990. Disponível em: <http://wwwa.uni->

ne.ch/irer/gremi/gremi%203.pdf Acesso em 28 de set. de 2016.

MELLO FILHO, M. S. B. de; LEONEL, M. S. **Tecnologia, Instituições, Localidade E Desenvolvimento: Debates Teóricos E Ilustrações Para O Caso Brasileiro.** Revista Economia NE, v. 45, n. 3, p. 98-117, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1502 Acesso em 23 de ago. de 2016.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Saga: Rio de Janeiro, 1968.

PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global.** Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, Vol. 8, nº 14, p. 79–105, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615> . Acesso em 01 de set. de 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed., 2. Vol. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

SOUZA, N.J. **Teoria dos Pólos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação.** Revista Análise. v. 16 n. 1 p. 87-112. PUC: Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>. Acesso em 24 de ago. de 2016.

VALE, Mário. **Conhecimento, Inovação e Território. Finisterra.** Revista Portuguesa de Geografia. v. XLIV, n. 88, pp. 9-22. FCT: Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88_01.pdf . Acesso em 04 de out. de 2016.